



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023

Pregão Presencial Nº 01/2023

Finalidade: Sistema de Registro de Preços

Data: 23/01/2023

Horário: 8h

Tipo: menor preço por item

Objeto: Aquisição de Material Gráfico.

Órgão Requisitante: Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, Secretaria Municipal de Educação Cultura Desporto e Lazer, Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, CRAS, e Conselho Tutelar.

A **PREFEITURA MARQUES DE SOUZA**, situada à Rua Getúlio Vargas, 796, Centro, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia **23 de janeiro de 2023, às 8h**, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, proceder-se-á ao Credenciamento e Lançamento das propostas da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** - do tipo menor preço, por item, **PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123/2006 (e Alterações da Lei Complementar Federal nº 147/14), do Decreto Municipal nº 482/2012, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Protocolo Administrativo nº 002/2023, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1 – DO OBJETO E VALOR MÁXIMO UNITÁRIO:

1.1 O objeto desta licitação consiste na aquisição de **MATERIAIS GRÁFICOS** através da escolha da melhor proposta de preço, por item, para constarem em **REGISTRO DE PREÇOS**, a serem fornecidos em quantidade compreendida como máximas, no entanto cabendo ao Município utilizá-las conforme a necessidade, a saber:



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



Item	Unid.	Quant.	Descrição	Média Valor Unitário	Média Valor Total
01	Un	1.500	AGENDA ESCOLAR Capa e contracapa: Tamanho: 21 x 15 cm Suporte: papel triplex 350g Impressão: 4 x 1 cores (CTP) Acabamento: plástico duro transparente para proteção da capa e contracapa Miolo: 114 páginas - Tamanho: 21 x 15 cm - Impressão: 1 x 1 cores (CTP) Suporte: papel reciclado 90g Acabamento: encadernação espiral 6 modelos diferentes <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 31,15	R\$ 46.720,00
02	Un	200	BLOCO EM 1 VIA Dimensão 20,5 x 9,5 cm Suporte: papel superbond 75g Impressão: 1 x 0 cores (CTP) Acabamento: 1 via - bloco de 50 folhas 3 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 50 blocos <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 10,47	R\$ 2.093,33
03	Un	750	BLOCO EM 1 VIA - FORMATO A5 Dimensão 15 x 21 cm Suporte: papel sulfite 75g Impressão: 1 x 0 cores (CTP) Acabamento: colados - blocos de 50 folhas 7 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 50 talões. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 8,97	R\$ 6.730,00
04	Un	500	BLOCO PARA AGENDAMENTO Dimensão 10,5 x 7,5 cm Suporte: papel sulfite 75g Impressão: 4 x 0 cores (CTP) Acabamento: blocos de 50 folhas 20 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 25 blocos. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 14,22	R\$ 7.110,00



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



05	Un	500	BLOCO PAUTADO – ENSINO FUNDAMENTAL Dimensão 30,0 x 21 cm Suporte: papel sulfite 90g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: blocos de 20 folhas 10 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 50 blocos <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 17,26	R\$ 8.630,00
06	Un	1.500	BLOCO PAUTADO – ENSINO FUNDAMENTAL Dimensão 30,0 x 21 cm Suporte: papel sulfite 90g Impressão: 1 x 1 cores (CTP) Acabamento: blocos de 20 folhas 10 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 50 blocos <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 9,27	R\$ 13.900,00
07	Un	1.000	CARTAZES UNITÁRIOS Tamanho: 42 x 30 cm Suporte: papel couche 300g Impressão: 4 x 0 cores Layout conforme solicitado.	R\$ 17,42	R\$ 17.416,67
08	Un	250	CADERNO DE CHAMADA - EDUCAÇÃO INFANTIL Tamanho: 32 x 44 cm Capa: papel cartão 300g Impressão: 4 x 1 cores (CTP) Acabamento: vincado e grampeado, plastificação com prolan fosco. Miolo: - 1 folha em papel sulfite 180g - tam.: 52 x 32 cm - Impressão 1x1 cores - 25 folhas em papel sulfite 75g - tam.: 32 x 44 cm - Impressão 1x1 cores Acabamento: vincado e grampeado 4 modelos diferentes <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 42,07	R\$ 10.516,67



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



09	Un	600	CADERNO DE CHAMADA – ENSINO FUNDAMENTAL Tamanho: 32 x 44 cm Capa: papel cartão 300g Impressão: 4 x 1 cores (CTP) Acabamento: vincado e grampeado, plastificação com prolan fosco. Miolo: 1 folha em papel sulfite 180g - tam.: 52 x 32 cm - Impressão 1x1 cores 8 folhas em papel sulfite 75g - tam.: 32 x 44 cm - Impressão 1x1 cores Acabamento: vincado e grampeado 4 modelos diferentes <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 21,57	R\$ 12.944,00
10	Un	300	CADERNO PEDAGÓGICO Capa e contracapa: Tamanho: 20,5 x 28 cm Suporte: capa dura duplada triplex 300g + triplex 300g Impressão: 4 x 1 cores (CTP) Acabamento com plastificação prolan. Miolo: 100 páginas - Tamanho: 20 x 28 cm - Impressão: 1 x 1 cores (CTP) Suporte: papel sulfite 90g Acabamento: encadernação wire-o 2 modelos diferentes <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 25,56	R\$ 7.667,00
11	Un	2.500	CARTÃO DE APRESENTAÇÃO Dimensão 9 x 5 cm (fechada) Suporte: papel cartão 300g Impressão: 4 x 0 cores (CTP) Acabamento: plastificação prolan nos 2 lados 10 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 250 unidades. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 2,56	R\$ 6.400,00
12	Un	4.000	CALENDÁRIO DE PAREDE (12 FOLHAS) Base: triplex 300g, tamanho 30x45cm, impressão 4x0 cores, baguete superior, ctp. Calendário com 12 folhas: sulfite 75g, tamanho 28x29cm, impressão 4x0 cores, picote, grampo, cola. 2 modelos diferentes. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 7,29	R\$ 29.160,00



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



13	Un	3.000	CARTÃO CONTROLE SAÚDE Dimensão 14 x 10 cm Suporte: papel triplex 350g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: corte reto + vinco 4 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 500 unidades. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 1,84	R\$ 5.534,00
14	Un	3.000	CARTÃO SUS Dimensão 9 x 5 cm Suporte: papel triplex duo design 300g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: faca de corte + carteirinhas plásticas Solicitação de compra: lote mínimo de 1000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 2,06	R\$ 6.170,00
15	Un	3.000	ENVELOPE OFÍCIO - TIMBRADO Tamanho: 11,4 x 22,9 cm Suporte: sulfite 75g Impressão: 4 x 0 cores (CTP) Acabamento: faca de corte conforme layout. Solicitação de compra: lote mínimo de 1000 unidades. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 1,65	R\$ 4.950,00
16	Un	3.000	ENVELOPE MÉDIO - TIMBRADO Tamanho: 18,5 x 24,8 cm Suporte: sulfite 90g Impressão: 4 x 0 cores (CTP) Acabamento: faca de corte conforme layout Solicitação de compra: lote mínimo de 1000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 2,10	R\$ 6.305,00



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



17	Un	3.000	ENVELOPE SACO - TIMBRADO Tamanho: 24 x 34 cm Suporte: sulfite 90g Impressão: 4 x 0 cores (CTP) Acabamento: faca de corte conforme layout Solicitação de compra: lote mínimo de 1000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 3,03	R\$ 9.100,00
18	Un	15.000	FOLDER PARA DIVULGAÇÕES Dimensão 21 x 30 cm Suporte: papel couche 170g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: 2 vincos 40 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 500 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 2,06	R\$ 30.850,00
19	Un	20.000	FOLDER PARA DIVULGAÇÕES Dimensão 21 x 30 cm Suporte: papel couche 170g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: 2 vincos 20 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 1000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 1,17	R\$ 23.333,33
20	Un	21.000	FOLDER PARA DIVULGAÇÕES. Dimensão 21 x 30 cm Suporte: papel couche 170g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: 2 vincos 7 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 3000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 0,67	R\$ 14.000,00



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



21	Un	20.000	FOLDER PARA DIVULGAÇÕES Dimensão 45 x 30 cm Suporte: papel couche 170g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: 2 vincos 20 modelos diferentes Solicitação de compra: lotes de 500 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão</i> Obs.: simular o valor unitário para cada lote de compra	R\$ 2,83	R\$ 56.600,00
22	Un	10.000	FOLDER PARA DIVULGAÇÕES Dimensão 45 x 30 cm Suporte: papel couche 170g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: 2 vincos 10 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 1000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 1,83	R\$ 18.333,33
23	Um	9.000	FOLDER PARA DIVULGAÇÕES Dimensão 45 x 30 cm Suporte: papel couche 170g Impressão: 4 x 4 cores (CTP) Acabamento: 2 vincos 3 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 3000 unidades <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 1,17	R\$ 10.530,00
24	Un	30.000	FOLHA TIMBRADA Dimensão 29,7 x 21 cm Suporte: papel sulfite 90g Impressão: 4 x 0 cores (CTP) Solicitação de compra: lote mínimo de 10.000 unidades. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 0,20	R\$ 6.100,00



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



25	Un	6.000	PASTA PARA DOCUMENTOS COM ABA INTERNA Dimensões 23x33 cm (dobrado) Suporte: papel cartão 300g Impressão: 4x0 cores Acabamento: plastificação brilho 3 modelos diferentes Solicitação de compra: lotes de 2000 unidades. <i>*Prova impressa para aprovação antes da impressão</i>	R\$ 3,21	R\$ 19.240,00
26	Un	10.000	PASTA DE PROTOCOLO Dimensão 22,8 x 32,5 cm (fechada) Suporte: papel cartolina ouro 180g Impressão: 1x 1 cor (preto) Acabamento: 1 vinco 4 modelos diferentes <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 0,82	R\$ 8.233,33
27	Un	300	PLANNERS Capa e contracapa: Tamanho: 20,5 x 28 cm Suporte: capa dura duplada triplex 300g + triplex 300g Impressão: 4 x 1 cores (CTP) Acabamento: plastificação prolan Miolo: 100 páginas - Tamanho: 20 x 28 cm - Impressão: 1 x 1 cores (CTP) Suporte: papel sulfite 90g Acabamento: encadernação wire-o 6 modelos diferentes <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 139,13	R\$ 41.740,00
28	Un	2.500	REVISTA COM CAPA (36 PÁGINAS) Capa: couchê 250g Tamanho A4 fechado / A3 aberto Impressão 4x4 cores, verniz UV localizado 1x0, vinco, prolan fosco 1x0, grampo, ctp. Miolo: couchê 115g, impressão 4x4 cores. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 7,89	R\$ 19.716,67



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



29	Un	1.000	TALÃO EM 3 VIAS FORMATO A5 Dimensão 15 x 21 cm Suporte: papel autocopiativo 75g Impressão: 1 x 0 cores (CTP) Acabamento: 3 vias numeradas - grampeadas - talões de 3 x 25 folhas 9 modelos diferentes. Solicitação de compra: lote mínimo de 50 talões. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 16,80	R\$ 16.800,00
30	Un	600	TALÃO EM 2 VIAS FORMATO A5 Dimensão 15 x 21 cm Suporte: papel autocopiativo 75g Impressão: 1 x 0 cores (CTP) Acabamento: 2 vias - grampeadas - talões de 2 x 50 folhas 6 modelos diferentes Solicitação de compra: lotes mínimos de 50 talões. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 19,22	R\$ 11.532,00
31	Un	1.000	TALÃO EM 3 VIAS FORMATO A6 Dimensão 15 x 10,5 cm Suporte: papel autocopiativo 75g Impressão: 1 x 0 cores (CTP) Acabamento: 3 vias numeradas - grampeadas - talões de 3x25 folhas 7 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 50 talões. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 11,69	R\$ 11.693,33
32	Un	1.000	TALÃO EM 2 VIAS FORMATO A6 Dimensão 15 x 10,5 cm Suporte: papel autocopiativo 75g Impressão: 1 x 0 cores (CTP) Acabamento: 2 vias - talões de 2x50 folhas 7 modelos diferentes Solicitação de compra: lote mínimo de 50 talões. <i>* Prova impressa para aprovação antes da impressão.</i>	R\$ 10,58	R\$ 10.580,00



1.2 – As quantidades a serem utilizadas serão definidas através de autorização, que só poderá ser emitida no prazo de validade do registro de preços correspondente, **o que neste caso é de 01 (um) ano a contar da homologação do certame.**

1.3 – A entrega deverá ocorrer de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais mediante formalização de pedido escrito, **tendo validade a Ata por 01 (um) ano a contar da homologação do certame.**

1.5 – O prazo para a entrega **é de até 15 dias úteis, contados da data da emissão do empenho, nas Secretarias Municipais, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, por conta do(s) licitante(s) vencedor(es).**

1.6 – Os materiais que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações serão devolvidos, e serão sumariamente não recebidos quando apresentarem indícios ou características que possam a vir comprometer a sua utilização.

1.7 – Não é obrigatório cotar preços para todos os itens. Todavia, os preços cotados serão considerados **com até 2 (duas) casas após a vírgula.**

1.8 – A licitante vencedora deverá substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, toda e qualquer mercadoria que estiver fora dos padrões solicitados ou que seja considerada imprópria para o uso, ficando ainda sujeito as demais penalidades legais.

1.9 – As quantidades são máximas, podendo, no entanto, a Administração não fazer uso da totalidade ou ainda, poderá acrescer o quantitativo respeitados os limites legais da Lei nº 8.666/93.

1.10 – No valor apresentado em proposta, deverão estar inclusas todas as despesas com fretes de entrega. O Município não arcará com qualquer valor, independentemente do local de entrega, limitado ao estabelecido neste edital.

2 – DO LOCAL, DATA E HORA DA SESSÃO PRESENCIAL:

2.1 – A sessão presencial será realizada no dia 23/01/2023, com início às 8h, horário de Brasília/DF, na sede da Prefeitura Municipal de Marques de Souza, na Rua Getulio Vargas, 796, Bairro Centro, Marques de Souza/RS.

2.2 – Será utilizado o sistema Portal de Compras Públicas, pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br, que consiste em um apoio eletrônico que auxiliará pregoeiro e equipe de apoio, dando suporte e agilidade ao certame.

2.3 – O horário de encerramento da sessão presencial ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

2.4 – Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar credenciamento, conforme indicado no capítulo 5.

2.5 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão presencial na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:



3.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos por escrito, providências ou impugnar o presente Edital.

3.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

3.3 – Se a ocorrência da impugnação for de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 14 do Decreto Estadual nº 4.733, de 02 de agosto de 2002 e legislação vigente.

3.4 – Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá nas penas estabelecidas pela Lei 14.133/2021.

3.5 – Os autos deste procedimento licitatório permanecerão franqueados aos interessados junto ao Setor de Licitações, Rua Getúlio Vargas, 796, Bairro Centro, Cidade de Marques de Souza/RS, fone: (51) 3705-122.

4 – DO CADASTRO:

4.1 – O cadastro dos licitantes poderá ser feito antecipadamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo qualquer dúvida que não for possível ser sanada no site, entrar em contato diretamente na central do portal, em Brasília/DF, pelo fone – (61) 3120-3737 ou 3003-5455.

4.2 – Poderão participar da licitação todas as empresas que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos, correndo por conta e risco dos participantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas, não lhes sendo devida qualquer indenização pela realização de tais atos.

4.3 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

4.3.1 – Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.3.2 – Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.3 – Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou, conforme o caso, pelo órgão em que praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

5 – DO CREDENCIAMENTO:

5.1 – Antes do início da Sessão, cada empresa licitante deverá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, quando solicitado, exibindo documento legal de identidade e comprovando, por meio de instrumento apropriado (anexo 01), poderes para formulação de propostas (lances verbais), ofertas, descontos e todos os demais atos inerentes e necessários ao certame.



5.2 – Se a empresa se fizer representar por Procurador, a procuração, por instrumento público ou particular, com menção expressa dos poderes contidos no inciso anterior (5.1).

5.3 – Fazendo-se representar o participante, por sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá o representante comprovar ser o responsável legalmente, e que lhe é permitido assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.4 – Os documentos de credenciamento dos representantes deverão ser entregues ao Pregoeiro.

5.5 – Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

5.6 – A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens de 5.1 a 5.5, não implicará a exclusão da empresa do certame, mas impedirá que aquele que a representaria possa manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases do processo de licitação, enquanto não suprida a falta ou incorreção.

5.7 – Junto do credenciamento poderá ser apresentada a comprovação fornecida pela Junta Comercial (Certidão Simplificada) de que a empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, (para as MEIs, entregar documento equivalente).

5.7.1 – A Certidão Simplificada não poderá ter sido emitida no prazo maior do que 60 (sessenta) dias anteriores a abertura do Pregão.

6 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

6.1 – A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo os Documentos para Habilitação e a Proposta de Preços, será pública, dirigida pelo Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e no horário determinados no capítulo 2 deste Edital.

6.2 – Declarada aberta a Sessão pelo Pregoeiro, os representantes das empresas participantes entregarão os envelopes contendo os documentos para Habilitação e a Proposta de Preços, não sendo aceita, a partir desse instante, a admissão de novos participantes.

6.3 – O envelope contendo a Proposta de Preços deverá trazer no seu anverso as seguintes informações:

**ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUES E SOUZA – RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023
“RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE”
“CNPJ DA PARTICIPANTE”**

6.4 – O envelope contendo os Documentos para Habilitação deverá trazer, no seu anverso, as seguintes informações:

**ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUES DE SOUZA – RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023
“RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE”
“CNPJ DA PARTICIPANTE”**



6.5 – Inicialmente será aberto o envelope de nº 1 – concernente à Proposta de Preços e, a seguir, o Envelope de nº 2 – concernente à Documentos de Habilitação.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma única via impressa ou datilografada, preferencialmente em papel timbrado da empresa participante, redigida com clareza em vernáculo, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa licitante.

7.1.1 – Além da proposta impressa, o licitante fornecedor poderá apresentar em meio digital (pendrive), a proposta de preços valendo-se da planilha gerada automaticamente pelo sistema do Portal de Compras Públicas desta licitação, a qual o sistema gerará automaticamente o arquivo de importação da proposta de preço, junto com o validador.

7.1.2 – Após o preenchimento da planilha, o fornecedor poderá realizar a validação do arquivo na área pública da licitação, realizando os seguintes passos:

- 1 - Acesse o Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br
- 2 - Clique na aba "Processos" no menu do site.
- 3 - Pesquise o número da licitação desejada e informe o órgão responsável pela publicação da licitação.
- 4 - Ao localizar o processo, clique no ícone "Dados do Processo".
- 5 - Em Documentos da Licitação, clique no ícone do "Validador de proposta".

Observação: Caso a planilha não apresente erros ao validar, o arquivo preenchido pelo fornecedor estará no padrão desejado para entrega no dia e horário da abertura da sessão pública.

Observações importantes:

- 1 - O arquivo disponibilizado pelo sistema está no formato .CSV e pode ser aberto facilmente através do gerenciador de planilhas do Pacote Office, OpenOffice ou LibreOffice.
- 2 - O sistema não aceitará outro formato de arquivo que não seja o mesmo gerado através do sistema (.CSV).
- 3 - O fornecedor deverá preencher apenas os campos: MARCA, FABRICANTE, VALOR UNITÁRIO E VALOR TOTAL.
- 4 - Caso o arquivo apresente erro no momento da importação, a Comissão cadastrará as propostas de forma manual.

7.2 – Na Proposta de Preços deverão constar, sob pena de desclassificação:

7.2.1 – Razão Social da licitante, nº CNPJ/MF, endereço completo, telefone para contato e, se existente, endereço eletrônico (e-mail) e nome de pessoas para assinatura contrato;

7.2.2 – Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da homologação do certame;

7.2.3 – Cotação, com preço unitário e total por item, do objeto licitado, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária. Na cotação de preços serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Caso isto não ocorra, a Comissão de



Licitações estará autorizada a adjudicar os itens desconsiderando a terceira casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

7.2.4 – Nome, assinatura e qualificação do representante.

7.3 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços e adaptações, se necessários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, fretes, treinamento, lucro e tudo o mais que se fizer necessário ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

7.4 – Quaisquer tributos, despesas e/ou custos, diretos ou indiretos, não incluídos na proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título, devendo os produtos finais ser fornecidos sem ônus adicionais aos preços da proposta.

7.5 – A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte das empresas participantes do Pregão Presencial, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.6 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços que desatenderem às especificações e exigências deste Edital e de seus Anexos, bem assim aquelas que apresentarem omissões, irregularidades ou defeitos que possam impedir ou dificultar o julgamento.

7.7 – O pregoeiro poderá considerar como formais os erros em somatórios ou em outros aspectos, desde que não impliquem na nulidade do procedimento ou não causem prejuízo à Administração Pública.

8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1 – No julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de apresentação **do menor preço unitário do item**, do objeto do Edital.

8.2 – Após a abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços, o valor da oferta de menor valor total e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.3 – Após a apresentação das propostas, não caberá desistência dos proponentes, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e acatado pelo Pregoeiro.

8.4 – Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.2 poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.5 – O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com o maior preço e todos os demais, em ordem decrescente de valor.

8.6 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.7 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes da legislação em vigor.

8.8 – Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.



8.9 – Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.10 – Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 – Para a habilitação, a(s) licitante(s) detentora(s) da melhor oferta, deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

9.1.1 – Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

9.1.2 – Certidão Negativa da Receita Estadual;

9.1.3 – Certidão Negativa Débito Municipal, do domicílio da empresa;

9.1.4 – Certificado de Regularidade do FGTS;

9.1.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.6 – Contrato Social e última alteração contratual, registrados na Junta Comercial do Estado sede da proponente, ou documento equivalente para as MEIs;

9.1.7 – Certidão Negativa de concordata e falência do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, expedida com data não superior a 60 dias da data de realização do certame;

9.1.8 – Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme modelo constante no anexo 02 deste edital; e

9.1.9 – Declaração de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo constante no anexo 03 deste edital.

9.2 – Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante apresentação das vias originais no ato da abertura dos envelopes.

9.3 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

9.4 – A empresa licitante que convocada na forma prevista pelo item 9.2 deixar de entregar a documentação, entregar documentação falsa ou não mantiver sua proposta ficará passível da aplicação de multa pecuniária de até 10% sobre o valor total de sua proposta, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de participar de licitações deflagradas pelo Município de Marques de Souza, bem como o impedimento de contratar com o mesmo, pelo período de até 02 anos.

9.5 – A comprovação pela licitante do preenchimento dos requisitos de habilitação ora exigidos deverá operar-se em relação à data de realização da sessão presencial prevista no preâmbulo deste edital, salvo as exceções previstas pela Lei Complementar nº 123/2006 (e Alterações da Lei Complementar Federal nº 147/14).



10 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

10.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2 – Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente; verificada a sua aceitabilidade, procederá à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.3 – Da reunião, o sistema Portal de Compras Públicas lavrará ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar à assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

11 – DO RECURSO ADMINISTRATIVO:

11.1 – Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo a licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, sob pena de decadência do direito de recorrer.

11.1.1 – A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2 – A licitante que manifestar a intenção de recurso, caso esse tenha sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias corridos a partir da data da declaração do vencedor, para apresentação das razões do recurso, ficando as demais desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em prazo igual, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2.1 – O prazo começará a contar do primeiro dia útil após a declaração do vencedor e, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.

11.3 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, importará decadência do direito de recurso, encaminhando-se o procedimento para homologação e adjudicação de seu objeto.

11.4 – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

11.7 – Se o Pregoeiro não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, autoridade competente para julgá-lo.

11.8 – Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Marques de Souza.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:



12.1 – Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao(s) vencedor(es), nos termos do art. nono e seguintes do Decreto nº 1.674/2010.

13 – DA HOMOLOGAÇÃO:

13.1 – Após a homologação da presente licitação, a qual terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, a critério e necessidades da Administração, terá a validade por **01 (um) ano, após a homologação deste certame.**

13.2 – Após a homologação, é facultado à Administração Municipal emitir Nota de Empenho em favor da(s) empresa(s) registrada(s), a qual, juntamente com este Edital e seus Anexos, terão força de contrato, pois a Administração opta por valer-se da prerrogativa estabelecida pelo art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93, substituindo o instrumento de contrato pela respectiva Nota de Empenho.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à(s) empresa(s) beneficiária(s) do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro, quando a Administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o Contrato.

13.5 – Os itens e preços registrados, bem como os respectivos fornecedores, ficarão disponibilizados durante a vigência do Registro, **01 (um) ano, após a homologação do certame**

13.6 – Excepcionalmente, quando o quantitativo total estimado para o fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para se atingir o quantitativo total, respeitando-se a ordem de classificação das empresas e desde que referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

13.7 – O Registro, durante sua vigência, poderá ser utilizado por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal de Marques de Souza e que não tenha participado deste certame licitatório, mediante prévia consulta à Administração Municipal, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.7.1 – Os Órgãos e Entidades que não participaram do presente Registro de Preços, quando desejarem fazer uso do mesmo, deverão manifestar seu interesse perante a Administração Municipal, para que essa indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.7.2 – Nos casos em que forem superadas as estimativas de consumo constantes no Registro, caberá ao fornecedor, observadas as demais condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos do Edital, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



14 – DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO FINANCEIRO:

14.1 – A quantidade a ser adquirida poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.1.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo as secretarias responsáveis promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.2 – Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado, a Administração Municipal deverá:

14.2.1 – Convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

14.2.2 – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

14.2.3 – Convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

14.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Secretaria Municipal poderão:

14.3.1 – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, desde que confirmada a veracidade dos motivos apresentados;

14.3.2 – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.3.3. Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal deverão proceder à revogação da Homologação do(s) item(ns), adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

15.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

15.1.1 – Descumprir as condições do Edital;

15.1.2 – Não retirar/receber a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.3 – Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

15.1.4 – Tiver presentes razões de interesse público.

15.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por termo da autoridade competente, mediante iniciativa das Secretarias Municipais.

15.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, que será avaliado pela Administração.



16 – DO CONTRATO

16.1 – A homologação do objeto desta licitação à empresa vencedora formalizar-se-á através da Ata de Registro de Preços, assinado pelas partes interessadas, regendo-se suas cláusulas pelos termos deste edital e da Ata de Registro de Preços emitida pelo programa, valendo este como instrumento de contratação, sob pena de decair do direito à contratação e sofrer a aplicação de multa de até 10% sobre o preço total do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município de Marques de Souza pelo período de até 2 (dois) anos.

17 – DO MODO E LOCAL DA ENTREGA

17.1 – A entrega deverá ocorrer de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, mediante formalização de pedido escrito, tendo validade da Ata de Registro de Preços por 01 (um) ano, contado da homologação do certame.

17.2 – O prazo para a entrega é de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da emissão do empenho, nas Secretarias Municipais, ou no local a ser indicado, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30min e das 13h às 17h, por conta do fornecedor vencedor.

17.3 – Mediante escrita e justificada solicitação da empresa Contratada, o prazo declinado no item acima poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, contanto que a empresa Contratada proceda a tal solicitação durante o transcurso do prazo que, originariamente, lhe foi concedido para entrega dos produtos, e sendo conveniente para a Administração tal pedido.

17.4 – A Nota de Empenho e/ou a Ordem de Entrega poderá ser repassada à Contratada por meio de e-mail.

17.5 – Deverá ser observada a legislação pertinente para cada material/produto, com suas respectivas autorizações.

18 – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

18.1 – Serão suportados exclusivamente pela Contratada:

18.1.1 – Os débitos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e de responsabilidade civil resultantes do fornecimento dos materiais/produtos; e

18.1.2 – As despesas com transporte e entrega dos materiais/produtos nos locais indicados.

19 – DA FISCALIZAÇÃO:

19.1 – A fiscalização do cumprimento das disposições será realizada pela servidora Anacéli de Souza, ou quem vier a substituí-la.

19.2 – À fiscalização cabe conferir as especificações da(s) nota(s) fiscal(is) do(s) material(is) fornecidos.

19.3 – Caberá à fiscalização, por parte dos responsáveis pela Secretaria respectiva ao receber os materiais, devendo, para tanto, ser aferida a compatibilidade dos mesmos com as especificações exigidas, inclusive no que concerne aos quantitativos exigidos.

19.4 – O recebimento definitivo do(s) material(is) será dado no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega do(s) mesmo(s), após verificada sua adequação.



19.5 – Não será aceito o material que não atenda às especificações constantes na descrição do objeto. Os serviços recusados pela Fiscalização deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento de comunicado específico lavrado pela Fiscalização.

19.6 – Em caso de aprovação do material pela Fiscalização, esta encaminhará a nota fiscal, juntamente com um atestado, à SMF/Contabilidade.

19.7 – A contratada deverá indicar e manter preposto aceito pela Administração Municipal, a fim de representá-la durante a execução do Registro.

19.8 – O recebimento provisório ou definitivo dos produtos, por parte da respectiva Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa Contratada pela qualidade, eficiência e adequação dos produtos entregues ao Poder Público.

20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

20.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (87)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (655)

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

2006 – Manutenção da Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1265)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (25)

3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1276)

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1398)

04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

2010 – Manutenção DA Secretaria de Educação

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (232)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (336)

2011 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (265)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (334)

3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita (268)

2015 – Manutenção Pré-escola

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (468)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (335)

3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (476)

2086 – Manutenção da Creche

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (560)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (616)

3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (561)

04.02 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

2022 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura



Município de Marques de Souza

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Getúlio Vargas, 796 - Marques de Souza - RS - CEP 95923-000 - CNPJ 01.607.619/0001-21
www.marquesdesouza.rs.gov.br - Fone/fax (51) 3705.1122 - contato@marquesdesouza.rs.gov.br



- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (647)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1451)
- 2081 – Programa de Incentivo ao Turismo
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (650)
- 05.01 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- 2025 – Manutenção da Secretaria Municipal da Saúde
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (891)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (339)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1372)
- 3.3.90.32.09.00.00.00 – Material para Divulgação (1169)
- 2091 – Manutenção da Atenção Básica
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (8901)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (980)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (893)
- 3.3.90.32.09.00.00.00 – Material para Divulgação (885)
- 05.03 – SECRETARIA DA SAÚDE A ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- 2029 – Manutenção do Fundo Assistência Social
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1201)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (611)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1202)
- 3.3.90.32.09.00.00.00 – Material para Divulgação (1046)
- 2073 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – BL PSB
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1237)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (332)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1238)
- 06.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**
- 2031 – Manutenção da Secretaria da agricultura
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (171)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (360)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (371)
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1435)
- 07.01 – SECRETARIA DE OBRAS**
- 2038 – Manutenção da Secretaria de Obras
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (202)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (398)
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1443)
- 2026 – Manutenção do Departamento de Trânsito
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1386)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1437)
- 2026 – Manutenção do Departamento de Trânsito
- 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1102)
- 3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (339)
- 3.3.90.32.00.00.00.00 – Material, Bem ou Serviços para distribuição gratuita (1371)



3.3.90.32.09.00.00.00 – Material para Divulgação (1170)

2034 – Manutenção das Redes de Água

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1148)

3.3.90.30.16.00.00.00 – Material de Expediente (1123)

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (1441)

21 – DO PAGAMENTO

21.1 – Para receber o pagamento, a Contratada deverá, após a entrega do material, apresentar nota fiscal na Secretaria respectiva, órgão responsável pela fiscalização.

21.2 – Ao receber a nota fiscal, a fiscalização efetuará o procedimento previsto na subcondição 19.2, conferindo a perfeita adequação da nota fiscal ao bem ofertado ao Poder Público.

21.2.1 – Se aprovado o serviço pela fiscalização, esta deverá enviar a nota fiscal, juntamente com seu atestado, à SMF/Contabilidade, conforme item 19.6.

21.3 – Com o recebimento da nota fiscal, o atestado positivo emitido pela fiscalização contratual e a aprovação pela SMF/Contabilidade, considerar-se-á liquidada a despesa.

21.4 – O Contratante (Município) fará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da nota fiscal.

21.5 – O prazo previsto no item 21.4 não transcorrerá caso verificadas inconformidades na nota fiscal apresentada pela Contratada.

22 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

22.1 – O Contratante tem a obrigação de efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada nos termos da condição 21.

23 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 – São obrigações da Contratada:

23.1.1 – Entregar o(s) material(is), nos termos da condição 17;

23.1.2 – Entregar o(s) material(is), com as mesmas características indicadas na proposta;

23.1.3 – Atender as determinações da fiscalização na hipótese da condição 19, recebendo todos os comunicados e notificações que lhe forem expedidos;

23.1.4 – Reparar, remover, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação lavrada pela Fiscalização, no todo ou em parte, o objeto do Registro em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

23.2 – A Contratada se obrigará a manter, durante toda a vigência do Registro, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Marques de Souza, imediatamente, qualquer alteração nas condições que deram ensejo à sua habilitação.



24 – DAS SANÇÕES

24.1 – O Contratante poderá aplicar à Contratada multa diária de 0,33% (trinta e três décimos por cento) sobre o valor total do(s) item(ns) homologados em nome da empresa, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas nas subcondições 17.2, 19.5 e 23.1.

24.2 – Caso a licitante vencedora, injustificadamente, não atender as condições do item 13 deste edital, poderá o Município aplicar-lhe multa pecuniária na razão de até 10% sobre o valor total de sua proposta de preços, sem prejuízo da decretação da suspensão do direito de licitar com o Município de Marques de Souza e impedimento de contratar com o mesmo pelo período de até 2 (dois) anos.

24.3 – Caso a licitante vencedora, injustificadamente, deixe de receber a respectiva Nota de Empenho, extraída em seu favor, poderá o Município aplicar-lhe multa pecuniária na razão de até 10% sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da decretação da suspensão do direito de licitar com o Município de Marques de Souza e impedimento de contratar com o mesmo pelo período de até 2 (dois) anos.

24.4 – Em caso de rescisão unilateral prevista na condição 25, poderá o Contratante:

24.4.1 – Aplicar multa de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Contratada devidamente atualizado, independente de outra(s) que já tiver(em) sido aplicada(s); e

24.4.2 – E determinar a suspensão temporária de participar em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo período de até 02 (dois) anos.

24.5 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento seguinte a que a Contratada tiver direito.

24.6 – O Contratante poderá cobrar o valor das multas administrativa e judicialmente.

24.7 – O pagamento de multa pela contratada não a exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que o produto acarretar ao Contratante.

24.8 – Nenhuma penalidade poderá ser aplicada, sem o prévio e justo processo administrativo.

24.9 – O processo administrativo iniciará com o recebimento de notificação pela Contratada.

25 – DA RESCISÃO

25.1 – Poderá o Contratante promover processo administrativo de rescisão unilateral do Registro, nos seguintes casos:

25.1.1 – Quando a soma do valor da(s) multa(s) prevista(s) na subcondição 24.1, aplicadas à contratada, for superior a 15% sobre o valor total do homologado em nome da Contratada, atualizado;

25.1.2 – Rejeição, pela fiscalização, do(s) material(is) substituto(s) entregue(s) em atendimento à determinação da fiscalização prevista na subcondição 19.5;

25.1.3 – Falência, insolvência ou impossibilidade de cumprimento de obrigação por parte da Contratada; e

25.1.4. E ocorrência de qualquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

25.2 – Em caso de rescisão unilateral, a Administração Municipal poderá, ainda, convocar os outros licitantes na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda as condições do edital.



26 – DO FORO

26.1 – Para dirimir questões emergentes desta licitação, fica eleito o Foro de Lajeado, com renúncia expressa a qualquer outro.

27 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 – É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

27.2 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste pregão, sujeitando a licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

27.3 – Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio, servidores do Município de Marques de Souza.

27.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

27.5 – O Município de Marques de Souza não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do vencedor a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

27.6 – O Município de Marques de Souza se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, por ilegalidade ou interesse público justificado, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

27.7 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentos referentes ao presente edital.

Marques de Souza, 05 de janeiro de 2023.

FÁBIO ALEX MERTZ
PREFEITO MUNICIPAL

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica. Em 05 de janeiro de 2023.

ALINE LUIZA KRÜGER
OAB/RS 66.190
Assessoria Jurídica



ANEXO 01

Minuta de Carta de Credenciamento

(Papel timbrado da empresa)

A

PREFEITURA MUNICIPAL MARQUES DE SOUZA – RS

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Nº 01/2023, TIPO MENOR PREÇO

Indicamos o Sr. _____,
portador da cédula de identidade nº. _____, órgão
expedidor _____, como nosso representante legal na Licitação em
referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

(data, nome e função na empresa)



ANEXO 02

(Modelo Declaração que não emprega menor)

(Papel timbrado da empresa)

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2023**

....., inscrito no CNPJ sob Nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr(a).,
portador(a) da Carteira de Identidade Nº e do CPF Nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO 03
(Modelo de Declaração de Inexistência de
Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação)

(Papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____,
CNPJ N° _____, sediada _____ (endereço
completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a
presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

nome e número da identidade do declarante
N° DO CNPJ